



FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Asas que protegem o País

**COMAER
2022**

RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 2022

Brasília-DF
4º Trimestre de 2022



DIRETOR DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

Major-Brigadeiro do Ar Edson Fernando da Costa **Guimarães**

SUBDIRETOR DE CONTABILIDADE

Brigadeiro Intendente **José Lopes** Fernandes



EQUIPE TÉCNICA

Marcelo **Guimarães** de Oliveira – Coronel Intendente
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis

Lucas **Coelho** Marinho Almeida – 1º Tenente QOAP CCO
Contador responsável

Polieny Sousa Santos de Paiva – 1º Tenente QOCON CCO
Adjunto da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis

Monique Michele de Santana Ferreira – 2º Tenente QOCON CCO
Contadora responsável substituta

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	4
APRESENTAÇÃO	5
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração das Variações Patrimoniais	10
Balanço Orçamentário.....	11
Balanço Financeiro	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	17
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	17
NOTAS EXPLICATIVAS.....	20
1. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
2. Créditos a Curto Prazo	21
3. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	22
4. Estoques	23
5. Ativo Realizável a Longo Prazo	24
6. Imobilizado	25
7. Intangível	26
8. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais.....	27
9. Empréstimos e Financiamentos	27
10. Fornecedores a Pagar	28
11. Demais Obrigações a Curto Prazo	29
12. Provisões Militares.....	30
13. Demais Obrigações a Longo Prazo	38
14. Obrigações Contratuais	38
15. Execução Orçamentária da Receita.....	39
16. Execução Orçamentária da Despesa	40
17. Resultado Orçamentário do Exercício	41
18. Resultado Patrimonial do Exercício.....	42
19. Resultado Financeiro do Exercício	43
20. Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa.....	44
21. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	45
22. Eventos Subsequentes	46

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
ARLP	Ativo Realizável a Longo Prazo
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CEF	Caixa Econômica Federal
CFIAe	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COMAER	Comando da Aeronáutica
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCON	Demonstrações Contábeis
DIREF	Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
FAB	Força Aérea Brasileira
FCVS	Fundo de Compensação de Variação Salarial
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SEFA	Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SISCONTAER	Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCONT	Subdiretoria de Contabilidade da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica
TCU	Tribunal de Contas da União
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica - DIREF, por intermédio da Subdiretoria de Contabilidade - SUCONT, é responsável pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis do Comando da Aeronáutica (DCON), as quais são constituídas pelo Balanço Patrimonial, pelo Balanço Orçamentário, pelo Balanço Financeiro, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) – e Notas Explicativas.

As DCON foram emitidas em nível de consolidação de Órgão Superior, com a integração dos saldos das contas dos Órgãos Comando da Aeronáutica - COMAER, do Fundo Aeronáutico - FAER e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe.

O Órgão Comando da Aeronáutica é representado pelas Unidades Gestoras Executoras pertencentes à estrutura administrativa do Comando da Aeronáutica, as quais efetuam a execução orçamentária, financeira e patrimonial no SIAFI, com o fito de contribuírem para o cumprimento da missão institucional do COMAER, que é, conforme preconiza a Diretriz do Comando da Aeronáutica - DCA 11-45/2018, “Manter a Soberania do Espaço Aéreo e integrar o território nacional, com vistas à Defesa da Pátria”.

O Fundo Aeronáutico, criado pelo Decreto-Lei nº 8.373, de 14 de dezembro de 1945, é um fundo de natureza contábil destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira e para as realizações ou serviços que se fizerem necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional do COMAER.

A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica é uma Autarquia Federal de Regime Especial, integrante do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e um dos instrumentos do Governo Federal no setor habitacional, vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica, conforme disposto na Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979 e no Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007, com funções de Agente Financeiro, de Agente Promotor e de Agente Assessor, com a missão de proporcionar aos seus beneficiários o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.

Destaca-se que o COMAER, por intermédio da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA, bem como da DIREF, atento ao cenário externo e à evolução da Contabilidade Federal, tem atuado de forma ativa nos projetos e processos de mudanças conduzidos pela STN.

Nesse sentido, na busca pelo contínuo aprimoramento das atividades de Contabilidade e diante da obrigação de registrar e evidenciar os atos e os fatos da gestão do patrimônio público sob responsabilidade do COMAER, relacionados às execuções orçamentária e financeira, bem como à administração dos bens patrimoniais, com o objetivo de orientar processos de prestação de contas e subsidiar processos de tomada de decisão, o Comandante da Aeronáutica aprovou a reedição da Norma do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (NSCA) 172-1, por intermédio da Portaria nº 239/AJUR, de 23 de junho de 2022, a qual aprova o Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (SISCONTAER).

Dessa forma, o COMAER criou instrumento para organizar e disciplinar o funcionamento do SISCONTAER, estabelecendo suas atividades, finalidade, estrutura e competências. O objetivo principal desta Norma é sistematizar o relacionamento entre os Órgão Central e Executivos, no que se refere à orientação normativa, ao suporte técnico, ao monitoramento e controle da execução contábil e à produção de informações gerenciais, respeitada a subordinação hierárquica dos elos envolvidos. Nesse contexto, o ciclo de processos da Contabilidade é integrado pelas atividades de

orientação normativa, suporte da execução contábil, monitoramento e controle das execuções orçamentária, financeira e patrimonial, e análise e elaboração de informações gerenciais. Essas atividades têm como foco, em última análise, o usuário da informação contábil.

Ciclos de Processos da Contabilidade no COMAER



Fonte: Norma do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica 172-1

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 do Comando da Aeronáutica, na qualidade de Órgão Superior, considerando, dessa forma, os Órgãos 52111 – Comando da Aeronáutica, 52911 – Fundo Aeronáutico e 52211 – Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Brasília – DF, 31 de janeiro de 2023

Lucas Coelho Marinho Almeida 1º Ten QOAP CCO
Contador Responsável – CRC-CE 026707/O-9

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	2022	2021
Ativo Circulante		21.386.328	19.143.706
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	11.792.149	11.405.544
Créditos a Curto Prazo	<u>2</u>	56.781	48.183
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.832	2.769
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>3</u>	55.677	46.125
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-1.728	-711
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	<u>4</u>	9.537.398	7.689.980
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
Ativo Não Circulante		139.585.531	115.563.534
Ativo Realizável a Longo Prazo	<u>5</u>	20.943	19.328
Créditos a Longo Prazo		19.325	19.328
Empréstimos e Financiamentos		19.157	18.741
Demais Créditos e Valores		60.956	62.223
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-60.788	-61.636
Estoques		1.618	-
Investimentos		-	-
Imobilizado	<u>6</u>	139.194.653	115.221.544
Intangível	<u>7</u>	369.936	322.662
TOTAL DO ATIVO		160.971.860	134.707.240
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante		13.084.071	2.949.749
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>8</u>	1.228.650	1.192.367
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	<u>9</u>	467.773	670.536
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>10</u>	20.005	70.956
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	2.183
Provisões a Curto Prazo	<u>12</u>	10.655.950	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>11</u>	711.693	1.013.707
Passivo Não Circulante		199.403.706	87.100.426
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		12.298.628	13.776.673
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo	<u>12</u>	187.101.258	73.320.275
Demais Obrigações a Longo Prazo	<u>13</u>	3.628	3.478
Resultado Diferido		193	-
Total do Passivo		212.487.778	90.050.174
Patrimônio Líquido		-51.515.918	44.657.066
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		24.328	24.291
Resultados Acumulados		-51.540.246	44.632.775
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		160.971.860	134.707.240

Fonte: SIAFI

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

R\$ milhares

	NE	2022	2021
Ativo (I)		160.971.860	134.707.240
Ativo Financeiro		11.792.149	11.405.544
Ativo Permanente		149.179.710	123.301.697
Passivo (I)		215.281.378	92.157.826
Passivo Financeiro		4.231.868	3.718.455
Passivo Permanente	<u>12</u>	211.049.509	88.439.371
Saldo Patrimonial (III = I - II)		54.309.518	42.549.414

Fonte: SIAFI

Quadro de Compensações

R\$ milhares

	NE	2022	2021
Atos Potenciais Ativos		21.145.339	27.767.998
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		8.967.527	11.123.409
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		361.494	344.179
Direitos Contratuais		11.816.318	16.300.409
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
Atos Potenciais Passivos		47.136.442	53.168.645
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres		358.154	603.536
Obrigações Contratuais	<u>14</u>	46.778.289	52.565.109
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-

Fonte: SIAFI

Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

R\$ milhares

	NE	2022
Recursos Ordinários		-780.963
Recursos Vinculados		8.341.244
Educação		-77
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-8.212
Previdência Social (RPPS)		0,49
Dívida Pública		-316
Alienação de Bens e Direitos		27.748
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		8.322.148
Outros Recursos Vinculados		-47
Total das Fontes de Recursos		7.560.281

Fonte: SIAFI

Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ milhares

	NE	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		262.699.578	84.143.803
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		1.907.159	1.819.500
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.269.034	1.842.284
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		8.279.947	4.610.614
Transferências e Delegações Recebidas		220.038.124	69.092.403
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		24.472.225	6.485.114
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		5.733.088	293.888
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		252.626.348	94.305.031
Pessoal e Encargos		8.090.050	7.648.964
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		13.731.417	13.251.055
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		5.379.413	4.970.177
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		5.250.293	4.444.194
Transferências e Delegações Concedidas		193.523.963	49.653.879
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		4.631.414	5.325.643
Tributárias		1.854	1.982
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		7.371	5.631
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		22.010.573	9.003.505
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	18	10.073.230	-10.161.227

Fonte: SIAFI

Balanco Orçamentário

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes (I)	<u>15</u>	3.345.780	3.345.780	3.504.044	158.264
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		313.176	313.176	273.039	-40.138
Receita Patrimonial		731.674	731.674	1.100.804	369.130
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		2.283.298	2.283.298	2.105.180	-178.118
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		17.633	17.633	25.022	7.390
Receitas de Capital (II)	<u>15</u>	1.216.237	1.216.237	1.570.809	354.572
Operações de Crédito		1.196.115	1.196.115	1.560.590	364.474
Alienação de Bens		19.072	19.072	9.985	-9.086
Amortização de Empréstimos		1.050	1.050	234	-815
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS (IV) = (I + II + III)		4.562.017	4.562.017	5.074.853	512.836
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		4.562.017	4.562.017	5.074.853	512.836
DÉFICIT	<u>17</u>			26.357.552	26.357.552
TOTAL				31.432.405	26.870.388
TOTAL		4.562.017	4.562.017	31.432.405	26.870.388
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			2.142.085		-2.142.085
Superavit Financeiro			-		
Excesso de Arrecadação			1.046.020		
Créditos Cancelados			1.096.065		

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	<u>17</u>	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Pessoal e Encargos Sociais		20.136.656	21.227.332	21.194.243	21.194.243	20.058.518	33.090
Juros e Encargos da Dívida		682.317	682.317	424.450	424.450	424.450	257.867
Outras Despesas Correntes		3.820.524	4.850.584	5.145.602	3.763.370	3.657.100	-295.018
DESPESAS DE CAPITAL	<u>17</u>	3.780.819	3.802.168	4.144.548	2.930.367	2.926.707	-342.380
Investimentos		3.528.664	3.550.363	4.133.004	2.921.178	2.917.518	-582.641
Inversões Financeiras		13.370	13.020	11.544	9.189	9.189	1.476
Amortização da Dívida		238.785	238.785	-	-	-	238.785
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		9.549	9.549	-	-	-	9.549
SUBTOTAL DAS DESPESAS		28.429.866	30.571.951	30.908.843	28.312.429	27.066.775	-336.892
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		523.563	523.563	523.563	523.563	523.563	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		523.563	523.563	523.563	523.563	523.563	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		523.563	523.563	523.563	523.563	523.563	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		28.953.429	31.095.514	31.432.405	28.835.992	27.590.337	-336.892
TOTAL		28.953.429	31.095.514	31.432.405	28.835.992	27.590.337	-336.892

Fonte: SIAFI

Execução dos Restos a Pagar não Processados

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Inscritos		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESAS CORRENTES		200.079,17	1.153.025,62	1.146.873,82	1.146.272,50	58.888,22	147.944,07
Pessoal e Encargos Sociais		0,07	101,73	6,40	6,40	92,23	3,17
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		200.079,10	1.152.923,89	1.146.867,42	1.146.266,10	58.795,98	147.940,91
DESPESAS DE CAPITAL		168.826,72	531.727,52	610.007,25	608.722,86	37.272,33	54.559,05
Investimentos		168.517,24	528.506,85	606.957,44	605.673,05	37.272,33	54.078,71
Inversões Financeiras		309,48	3.220,67	3.049,81	3.049,81	-	480,34
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		368.905,89	1.684.753,14	1.756.881,07	1.754.995,36	96.160,55	202.503,12

Fonte: SIAFI

Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Inscritos		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES		223,72	1.248.788,47	1.248.484,48	215,04	312,68
Pessoal e Encargos Sociais		1,41	1.114.888,26	1.114.888,26	1,41	0,00
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		222,31	133.900,21	133.596,22	213,63	312,68
DESPESAS DE CAPITAL		1.367,35	6.179,84	7.547,18	0,00	0,00
Investimentos		1.367,35	6.179,84	7.547,18	0,00	0,00
TOTAL		1.591,07	1.254.968,31	1.256.031,66	215,04	312,68

Fonte: SIAFI

Balanço Financeiro

R\$ milhares

INGRESSOS			
	NE	2022	2021
Receitas Orçamentárias (I)	<u>19</u>	5.074.853	4.513.280
Ordinárias		-	-
Vinculadas		5.075.584	4.514.911
Seguridade Social (Exceto Previdência)		337.066	312.053
Previdência Social (RPPS)		-	-
Dívida Pública		1.560.590	1.501.270
Alienação de Bens e Direitos		10.058	4.484
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.167.871	2.697.103
Recursos a Classificar			1
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-731	-1.631
Transferências Financeiras Recebidas (II)		58.666.601	54.030.118
Resultantes da Execução Orçamentária		53.769.636	49.513.779
Independentes da Execução Orçamentária		4.896.965	4.516.339
Recebimentos Extraorçamentários (III)		8.783.635	7.131.981
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.245.654	1.245.511
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		2.596.414	1.725.993
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.945.455	2.170.973
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.996.112	1.989.505
Saldo do Exercício Anterior (IV)		11.405.544	11.347.676
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.405.544	11.347.676
TOTAL (V = I + II + III + IV)		83.930.633	77.023.055

Fonte: SIAFI

DISPÊNDIOS			
	NE	2022	2021
Despesas Orçamentárias (VI)	<u>19</u>	31.432.405	29.395.236
Ordinárias		19.211.436	17.591.786
Vinculadas		12.220.969	11.803.450
Educação		416	466
Seguridade Social (Exceto Previdência)		6.426.673	5.584.202
Previdência Social (RPPS)		-	451.642
Dívida Pública		2.508.602	2.787.083
Alienação de Bens e Direitos		7.862	4.060
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.277.416	2.975.997
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		34.519.985	31.183.741
Resultantes de Execução Orçamentária		28.321.031	25.586.371
Independentes da Execução Orçamentária		6.198.955	5.597.370
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		6.186.093	5.038.534
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.256.032	1.184.832
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.754.995	1.798.554
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.111.704	2.050.389
Outros Pagamentos Extraorçamentários		63.361	4.758
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		0	1
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			3
Variação Cambial		25.612	4.754
Ajuste Acumulado de Conversão		37.749	
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		11.792.149	11.405.544
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.792.149	11.405.544
TOTAL (V = VI + VII + VIII + IX)	<u>19</u>	83.930.633	77.023.055

Fonte: SIAFI

Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$ milhares

	NE	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		2.858.087	2.528.451
Ingressos		67.112.212	61.197.129
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		273.039	-
Receita Patrimonial		166.862	153.458
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		2.105.180	1.953.893
Remuneração das Disponibilidades		933.941	875.135
Outras Receitas Derivadas e Originárias		25.022	24.047
Transferências Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		63.608.168	58.190.596
Desembolsos		-64.254.124	-58.668.678
Pessoal e Demais Despesas		-25.803.251	-24.586.933
Juros e Encargos da Dívida		-424.450	-526.640
Transferências Concedidas		-331.373	-316.216
Outros Desembolsos Operacionais		-37.695.051	-33.238.888
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-3.508.509	-3.214.004
Ingressos		10.220	5.476
Alienação de Bens		9.985	4.483
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		234	993
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		-3.518.728	-3.219.481
Aquisição de Ativo Não Circulante		-2.625.180	-2.000.197
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-2.627	-1.954
Outros Desembolsos de Investimentos		-890.922	-1.217.329
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		1.037.027	743.421
Ingressos		1.560.590	1.501.270
Operações de Crédito		1.560.590	1.501.270
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
Desembolsos		-523.563	-757.850
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-523.563	-757.850
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (IV = I + II + III)	20	386.606	57.868
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		11.405.544	11.347.676
Caixa e Equivalente de Caixa Final		11.792.149	11.405.544

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		-	-	-	-	-	55.049.572	-	-	55.049.572
Variação Cambial		-	-	-	-	-	162.380	-	-	162.380
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-417.949	-	-	-417.949
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	24.291	-	-	-	24.291
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-10.161.227	-	-	-10.161.227
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021		-	-	-	-	24.291	44.632.775	-	-	44.657.066

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022		-	-	-	-	24.291	44.632.775	-	-	44.657.066
Variação Cambial		-	-	-	-	-3	-137.670	-	-	-137.673
Ajustes de Exercícios Anteriores	21	-	-	-	-	-	-106.035.733	-	-	-106.035.733
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	40	-72.848	-	-	-72.808
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	18	-	-	-	-	-	10.073.230	-	-	10.073.230
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022		-	-	-	-	24.328	-51.540.246	-	-	-51.515.918

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Órgão Superior Comando da Aeronáutica foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI (Macrofunções editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos por dano ao patrimônio, empréstimos e financiamentos concedidos e adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis.

É constituído também pelo ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, o almoxarifado, os materiais em trânsito e os terrenos. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, em sua grande maioria, os empréstimos e os financiamentos concedidos. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(h) Depreciação dos bens móveis e imóveis

A vida útil econômica dos bens móveis é estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis.

A depreciação é realizada pelo método linear, com as taxas calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30.

Para os bens imóveis, o valor depreciado é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de

Kuentzle, e a depreciação é iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do COMAER são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; provisões e demais obrigações.

(j) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

A vida útil econômica dos bens imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema do Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUnet.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, as NBC TSP e o MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunções 02.03.30 e 02.03.35, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

a. Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão ser reavaliados, por exemplo, quando nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; e aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido, e, também, caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

b. Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

O Órgão Superior 52111 segue a metodologia para reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor dos ativos conforme as orientações das NBC TSP e do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

c. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto para a depreciação, que, por sua vez, é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, a fim de que seja contabilizado no SIAFI.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo *Caixa e Equivalentes de Caixa* contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em *Moeda Nacional* e em *Moeda Estrangeira*.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Moeda Nacional	10.343.926	10.429.154	-0,82	87,72
Moeda Estrangeira	1.448.223	976.390	48,32	12,28
Total Geral:	11.792.149	11.405.544	3,39	100,00

Fonte: SIAFI

Em 31/12/2022, o item mais representativo desse grupo foi *Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional*, apresentando um saldo aproximado de R\$ 10,343 bilhões, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional – Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Aplicações Financeiras	8.919.167	8.859.771	0,67	86,23
Recursos – Limite de Saque	1.418.968	1.560.497	-9,07	13,72
Bancos	5.792	8.886	-34,82	0,06
Total Geral:	10.343.926	10.429.154	-0,82	100,00

Fonte: SIAFI

O item *Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional* é composto por aplicações financeiras, recursos do limite de saque da conta única e bancos.

A rubrica *Recursos – Limite de Saque* compreende, em sua maioria, os registros ocorridos na conta *Limite de Saque C/Vinc. Pagto – Ordem Pagto – OFSS*, representando os valores que aguardam autorização de pagamento e posterior emissão da ordem bancária.

Em relação à rubrica *Bancos*, o valor apresentado concerne, substancialmente, a registros de garantias contratuais efetuados por Unidades Gestoras do COMAER. A variação observada no item corresponde à baixa de seguro caução relacionada à garantia de operações específicas, realizada no período em análise.

No item analisado, destacam-se, ainda, as aplicações financeiras que representam cerca de 86% do montante. Essas aplicações são efetuadas e gerenciadas, majoritariamente, pelo Fundo Aeronáutico, conforme legislação: Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, Portaria nº 345 MF, de 29 de dezembro de 1998, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 e Instrução Normativa STN nº 4, de 30 de agosto de 2004, sendo o montante aproximado de 1% aplicado e gerenciado pela CFIAe.

As aplicações financeiras estão concentradas em maior volume no item *CTU – Recursos da Conta Única Aplicados*, como se verifica abaixo:

Tabela 3 – Aplicações Financeiras – Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	7.070.673	7.870.439	-10,16	79,28
Poupança	553.870	500.452	10,67	6,21
Fundo de Aplicação Financeira	544.624	488.880	11,40	6,11
Certificados de Depósitos Bancários	750.000	0,00	100,00	8,41
Total Geral:	8.919.167	8.859.771	0,67	100,00

Fonte: SIAFI

Os valores do citado item *CTU - Recursos da Conta Única Aplicados* representam o Capital de Giro utilizado pela Setorial Financeira do COMAER para atendimento às demandas das Unidades Gestoras Executoras, nas fontes do Fundo Aeronáutico, sendo uma parcela aproximada de 1,5% aplicada pela CFIAe.

A conta *Certificados de Depósitos Bancários* representa as aplicações a esse título junto às maiores instituições financeiras de notória solidez do Brasil, com vencimentos cadenciados de forma a manter um fluxo de caixa compatível com as necessidades do COMAER. Sua variação positiva em 100,00% ocorreu em virtude do aumento da taxa DI no período em questão. Em 30/12/2021, o DI aumentou de 9,15% a.a para 12,65% a.a em 30/06/2022, uma variação positiva de 38% o que motivou um aumento da posição em carteira do Fundo Aeronáutico nesse ativo.

O item *Fundo de Aplicação Financeira* representa as aplicações em dois fundos exclusivos de renda fixa. Ambos estão com o devido registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ressalta-se que o COMAER possui uma Comissão Gestora do Fundo Aeronáutico, conforme previsto no art. 6º do Regimento Interno da Diretoria e Economia e Finanças da Aeronáutica, na qual são definidas as políticas de investimento, bem como a gestão de risco e de fluxo de caixa. Essa Comissão tem adotado um perfil conservador, privilegiando a segurança e baixa tolerância ao risco como direcionadores principais, tendo em vista que se aplicam recursos públicos, inseridos na Lei Orçamentária da União.

2. Créditos a Curto Prazo

Em 31/12/2022, o item *Créditos a Curto Prazo* possui saldo total de R\$ 56.781.360,39, referente às rubricas *Empréstimos e Financiamentos Concedidos* e *Demais Créditos e Valores a Curto Prazo*. No tocante à rubrica *Empréstimos e Financiamentos Concedidos*, no período em análise, o item possuía o montante de R\$ 2.709.849,84, já deduzidos os ajustes para perdas, assim distribuído:

Tabela 4 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos

R\$ milhares

	31/12/2022
Empréstimos Concedidos	2.243
Financiamentos Concedidos	589
Perda Estimada	(123)

Fonte: SIAFI

O valor de R\$ 2.243, apresentado em *Empréstimos Concedidos a Receber*, representa o saldo atualizado desse item, que, concedidos sob determinadas condições e com recursos próprios da CFIAE, permitem ao beneficiário ampliar ou reformar sua moradia ou construí-la em seu próprio terreno.

O montante de R\$ 589, evidenciado em *Financiamentos Concedidos a Receber*, corresponde aos contratos firmados entre a CFIAE e seus mutuários, de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação. As condições de reajuste, atualização dos saldos e prazos são as mesmas estabelecidas pelo BNH/CEF.

Os ajustes para perdas estimadas, realizados pela CFIAE, no período em análise, alcança o valor de R\$ 123, sendo o montante de R\$ 22 relacionados a perdas estimadas em créditos de empréstimos concedidos e R\$ 100, atinentes a perdas estimadas em créditos de financiamentos concedidos. A metodologia de cálculo utilizada é baseada no histórico de recebimentos passados e as previsões de recebimentos mensais, nos mesmos períodos, obtendo-se o quociente médio a ser aplicado nos saldos atualizados de empréstimos e financiamentos concedidos, conforme parâmetros definidos pela Macrofunção 02.03.42 – Ajustes para Perdas, da STN.

3. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 31/12/2022, o item *Demais Créditos e Valores a Curto Prazo* possuía um saldo de R\$ 54.071.510,51, após o ajuste para perdas. No período em análise, os valores mais expressivos desse montante, conforme Tabela 05, referem-se à rubrica *Remuneração Recursos Aplicados na CTU a Receber*, no qual apresentou variação negativa devido ao registro do direito do COMAER, relativo aos rendimentos de aplicações de recursos da conta única, junto à COFIN, referentes ao terceiro decêndio de dezembro de 2022.

Em seguida, o item é composto pelo saldo da rubrica *Adiantamento de Férias*, em que representam os valores referentes aos adiantamentos de férias.

No tocante ao item *Rendimentos de Aplicações Pré-fixadas*, o saldo em questão apresenta, os valores referentes a rendimentos de aplicações financeiras.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

R\$ milhares

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Remuneração Recursos Aplicados na CTU a Receber	19.958	21.072	-5,29	36,91
Adiantamento de Férias	8.472	0,00	100,00	15,67
Rendimentos de Aplicações Pré-fixadas	8.412	0,00	100,00	15,56
Créditos por Danos ao Patrimônio Público	6.598	7.518	-12,23	12,20
Créditos por Danos ao Patrimônio Público	8.204	8.163	0,51	15,17
(-) Ajuste para Perdas – Subgrupo 113 (C/C 090)	(1.606)	(644)	-	-
Demais	10.631	16.891	-37,06	19,66
Total Geral:	54.072	45.481	18,89	100,00

Fonte: SIAFI

No que concerne ao item *Créditos por Dano ao Patrimônio Público* é composto por valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio, já deduzido o ajuste para perdas.

Este item, após o ajuste para perdas, representa 12,20% do total do item em análise. Os procedimentos de registro, baixa e atualização dos saldos são efetuados de acordo com a Macrofunção 02.11.38 - Diversos Responsáveis, do Manual SIAFI.

O *Ajuste para Perdas* indica a significativa probabilidade de não realização dos créditos a receber. O referido ajuste foi efetuado pelo COMAER com a finalidade de evidenciar de forma fidedigna os créditos por dano ao patrimônio público. Para sua constituição, foram utilizados, como critério, os créditos administrativos por dano ao patrimônio que foram objeto de julgamento pelo TCU, os quais ainda se encontram pendentes de recebimento, após cinco anos da sua inscrição no SIAFI, conforme determina o item 2.7.2 da Macrofunção 02.11.38 – Diversos Responsáveis, do Manual SIAFI.

4. Estoques

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP 04) – Estoques, do Conselho Federal de Contabilidade, os estoques compreendem bens adquiridos e mantidos para revenda, incluindo, por exemplo, mercadorias compradas para revenda ou terrenos e outros imóveis para venda. Além disso, incluem, também, produtos acabados, produtos em processo de produção, matérias-primas e materiais aguardando a utilização no processo de produção e bens adquiridos ou produzidos pela entidade para distribuição a terceiros, gratuitamente ou por valor irrisório.

Em 31/12/2022, o COMAER apresentou no subgrupo *Estoques*, um saldo de R\$ 9.537.398, composto, principalmente, de estoques de materiais de consumo, conforme tabela abaixo:

Tabela 6 – Estoques – Composição

R\$ milhares

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Materiais de Consumo	2.425.958	2.364.841	2,58	25,44
Material Cons – Estoque Interno – Para Distribuir	2.274.392	2.047.611	11,08	23,85
Estoques Sobressalentes a Reparar	1.861.974	356.226	422,70	19,52
Importações em Andamento - Estoques	909.912	965.334	-5,74	9,54
Material de Consumo em Trânsito	736.063	984.939	-25,27	7,72
Estoques Sobressalentes a Alienar	600.591	313.234	91,74	6,30
Estoque Sobressalentes em Reparo	355.070	13.841	2465,32	3,72
Matérias-Primas – Armazéns de Terceiros	240.844	430.545	-44,06	2,53
Mat. Cons.-Est. Armazém Terceiros-para Distrib.	89.582	154.655	-42,08	0,94
Demais	43.012	58.753	-35,92	0,45
Total Geral:	9.537.398	7.689.980	15,61	100,00

Fonte: SIAFI

As variações positivas observadas nos itens *Estoques Sobressalentes a Reparar* e *Estoque Sobressalentes em Reparo* referem-se a acertos de sistema analítico do COMAER em paralelo ao SIAFI.

Por sua vez, a variação negativa no item *Mat. Cons.-Est. Armazém Terceiros-para Distrib.* tem relação, majoritariamente, com compras realizadas por UG do COMAER no exterior e um volume maior de envio de estoque para UG no Brasil.

Ademais, o grupo *Estoques* agrega estoques de matérias-primas e, também, os estoques de *terrenos e imóveis retomados* registrados na CFIAe, decorrentes de sua atividade operacional.

5. Ativo Realizável a Longo Prazo

O saldo que forma a rubrica em análise é composto, majoritariamente, por financiamentos concedidos a receber, títulos a receber, empréstimos concedidos a receber, todos referentes às operações da CFIAe. Ainda, observa-se o item *Créditos por Danos ao Patrimônio Público*, cujo valor está registrado no COMAER. Na tabela a seguir, apresentam-se os itens com os respectivos saldos e variações.

Tabela 7 – Ativo Realizável a Longo Prazo – Composição

R\$ milhares

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Financiamentos Concedidos a Rec – Exceto Fat	15.758	15.943	-1,16	81,54
Títulos a Receber	11.913	12.084	-1,42	61,65
Empréstimos Concedidos a Receber	3.399	2.798	21,47	17,59
(-) Ajuste para perdas empréstimos/financiam concedidos	(12.591)	(12.007)	4,86	-65,15
Créditos por Dano ao Pat. Público – Decisão TCU	48.553	49.628	-2,17	251,25
(-) Ajuste para perdas de créditos apurados em TCE	(48.197)	(49.628)	-2,88	-249,40
Demais	489	510	-3,95	2,53
Total Geral:	19.325	19.328	-0,02	100,00

Fonte: SIAFI

A rubrica *Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT* corresponde aos contratos de financiamentos firmados entre a CFIAe e seus mutuários, de acordo com as normas do Sistema Financeiro Habitacional (SFH). As condições de reajuste, atualização dos saldos e prazos são as mesmas estabelecidas pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Os *Títulos a Receber* correspondem aos créditos a receber do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), administrado pela CEF, relativos aos saldos devedores dos financiamentos habitacionais existentes no encerramento do prazo dos contratos firmados com mutuários, de acordo com as normas do SFH.

Os *Empréstimos Concedidos a Receber* correspondem ao saldo atualizado de empréstimos, que, concedidos sob determinadas condições e com recursos próprios da CFIAe, permitem ao beneficiário ampliar ou reformar sua moradia ou construí-la em seu próprio terreno.

O valor de *Ajuste para Perdas Empréstimos/Financiamentos Concedidos*, constituído pela CFIAe divide-se em R\$ 33.986,02 referente a empréstimos concedidos a receber e R\$ 12.556.857,01, relativos a financiamentos concedidos a receber. A metodologia de cálculo utilizada segue os mesmos parâmetros dispostos no item Ajuste para Perdas, no curto prazo. Ressalta-se que os valores predominantes de ajustes para perdas, no longo prazo, decorrem de ações judiciais, bem como processo de ação de cobrança de pagamentos residuais, dos contratos firmados no âmbito da CFIAe e que deveriam ter sido pagos pela Caixa Econômica Federal (CEF), administradora do FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais, conforme norma vigente. Contudo, tais pagamentos foram recusados por alegação de existência de multiplicidade de financiamento por parte do mutuário. A CFIAe contesta a negativa da CEF.

A rubrica *Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU* representam direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especial, as quais foram objeto de análise pelo TCU, com Acórdãos que julgaram as contas dos responsáveis como irregulares, com imposição de débito ao responsável. Esta rubrica obedece aos mesmos critérios estabelecidos para o item *Créditos por Dano ao Patrimônio*, no curto prazo, conforme determinado na Macrofunção 02.11.38 – Diversos Responsáveis.

O item *Demais* tem relação com os depósitos judiciais efetuados e os depósitos para garantias contratuais.

6. Imobilizado

Em 31/12/2022, o Órgão Superior COMAER apresentou um saldo de R\$ 139.194.653, relacionado ao imobilizado. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o período em análise:

Tabela 8 – Imobilizado – Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Bens Móveis	33.896.904	31.949.861	6,09
(+) Valor Bruto Contábil	35.473.348	33.320.434	6,46
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens Móveis	(1.576.444)	(1.370.573)	15,02
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			-
Bens Imóveis	105.297.749	83.271.684	26,45
(+) Valor Bruto Contábil	105.488.809	84.349.560	25,06
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	(191.060)	(1.077.876)	-82,27
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			-
Total Geral:	139.194.653	115.221.544	20,81

Fonte: SIAFI

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão Superior 52111, em 31/12/2022, totalizavam R\$ 33.896.904, após deduzida a depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 9 – Bens Móveis – Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis em Elaboração	16.442.355	15.390.684	6,83	48,51
Aeronaves	4.449.268	4.653.698	-4,39	13,13
Bens Móveis em Reparo	3.324.175	3.159.617	5,21	9,81
Equipamentos, Peças e Acessórios Proteção ao Voo	2.135.970	1.400.528	52,51	6,30
Importações em Andamento – Bens Móveis	1.596.088	1.394.147	14,48	4,71
Bens Móveis a Alienar	1.383.323	1.099.714	25,79	4,08
Bens Móveis em Trânsito	1.081.853	1.055.996	2,45	3,19
Bens Móveis a Reparar	800.699	597.660	33,97	2,36
Estoque Interno	482.557	501.112	-3,70	1,42
Demais Bens Móveis	3.777.059	4.067.277	-7,14	11,14
Depreciação/ Amortização Acumulada	(1.576.444)	(1.370.573)	15,02	-4,65
Total Geral:	33.896.904	31.949.861	6,09	100,00

Fonte: SIAFI

No tocante ao item *Importações em Andamento – Bens Móveis*, a variação ocorrida guarda relação, majoritariamente, com a transferência de saldos para a conta *Bens Móveis em Elaboração*, relacionados ao Projeto KC-390 (produção e fornecimento de vinte e oito aeronaves KC-390).

Já o item *Bens Móveis em Reparo* apresenta variação positiva decorrente de um maior volume de transferências de saldos proveniente da conta *Aeronaves*, ocorridas no período em análise.

Conforme tabela 09, os Bens Móveis do COMAER estão mais concentrados nos itens *Bens Móveis em Elaboração e Aeronaves*, com representatividade de mais de 61%, seguidos por *Bens Móveis em Reparo e Equipamentos, Peças e Acessórios de Proteção ao Voo*.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão Superior 52111, em 31/12/2022, totalizavam R\$ 105.297.749 bilhões, depois de deduzida a depreciação. Estes estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na Tabela 10, a seguir.

Tabela 10 – Bens Imóveis – Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Aquartelamentos	47.891.273	32.711.239	46,41	45,48
Aeroportos/Estações/Aeródromos	27.349.570	23.971.359	14,09	25,97
Complexos/Fábricas/Usinas	10.964.469	11.024.025	-0,54	10,41
Imóveis Residenciais/Comerciais	8.128.908	7.536.224	7,86	7,72
Terrenos/Glebas	7.522.326	5.589.214	34,59	7,14
Imóveis de Uso Educacional	1.079.936	1.079.936	-	1,03
Edifícios	815.991	805.742	1,27	0,77
Obras em Andamento	495.818	439.036	12,93	0,47
Demais Bens Imóveis	1.240.519	1.192.786	4,00	1,18
Depreciação/ Amortização Acumulada	(191.060)	(1.077.876)	-82,27	-0,18
Redução ao Valor Recuperável			-	
Total Geral:	105.297.749	83.271.684	26,45	100,00

Fonte: SIAFI

Elucida-se que todos os bens imóveis, reconhecidos no Balanço Patrimonial do Órgão Superior 52111, dizem respeito a bens de uso especial registrados no SPIUnet, sendo os mais relevantes os itens *Aquartelamentos* e *Aeroportos/estações/aeródromos*, os quais correspondem em torno de 70% de todos os bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 75.240.843 bilhões, a valores brutos, seguidos por *Complexos/Fábricas/Usinas* e *Imóveis Residenciais/comerciais*, conforme pode ser observado na tabela 10.

Cita-se que a variação ocorrida no item *Terrenos/Glebas* deve-se, em maioria, à reclassificação de saldos provenientes dessa rubrica para o item *Aquartelamentos*, realizada por UG deste Comando.

7. Intangível

O COMAER adotou medidas para implantação dos procedimentos patrimoniais relativos ao intangível, estabelecidos na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015. Nesse sentido, foi desenvolvido o sistema de controle de gerenciamento dos bens intangíveis, proporcionando às UG do Comando da Aeronáutica a implantação da política contábil de registro e a reclassificação de bens intangíveis, bem como a amortização, a reavaliação e a redução ao valor recuperável de softwares, de marcas, de patentes, de licenças e congêneres.

Em 31/12/2022, o Órgão Superior 52111 apresentou um saldo de R\$ 369.936 milhões, relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, no 4º trimestre de 2022:

Tabela 11 – Intangível – Composição

R\$ milhares

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Softwares em Fase de Desenvolvimento – Vida Útil Indefinida	124.691	231.471	-46,13	33,71
Softwares – Vida Útil Indefinida	213.273	50.337	323,69	57,65
Softwares – Vida Útil Definida	40.065	44.652	-10,27	10,83
Amortização Acumulada	(8.094)	(3.798)	113,10	-2,19
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-	-
Total Geral:	369.936	322.662	14,65	100,00

Fonte: SIAFI

O valor mais expressivo do item em análise provém da rubrica *Softwares – vida útil indefinida*, representando 57% deste item, referentes à área de controle do espaço aéreo nacional, gerenciados pela Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – CISCEA.

Ressalta-se, ainda, que a variação negativa ocorrida no item *Software em Fase de Desenvolvimento – Vida Útil Indefinida*, deve-se, em sua maioria, às transferências de saldos para a conta *Softwares – vida útil indefinida* realizada por UG do COMAER.

8. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

O saldo do item em análise consiste somente nas obrigações de curto prazo e é composto pelos saldos de salários, décimo terceiro salário a pagar, férias a pagar, bem como benefícios assistenciais a pagar e benefícios previdenciários, conforme tabela abaixo:

Tabela 12 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Composição

R\$ milhares

	31/12/2022	AV (%)
Salários, Remunerações e Benefícios	1.221.064	99,38
Férias a Pagar	4.192	0,34
Benefícios Assistenciais a Pagar	3.282	0,27
Demais	113	0,01
Total Geral:	1.228.650	100,00

Fonte: SIAFI

Ressalta-se que os passivos de férias são registrados por competência, de acordo com os procedimentos contábeis previstos no Manual SIAFI, Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento, da STN.

9. Empréstimos e Financiamentos

Na data de 31/12/2022, o COMAER apresentou saldo de R\$ 12.766.402 bilhões, referente a financiamentos a curto e a longo prazo, concentrados em sua totalidade no Órgão Comando da Aeronáutica. O item é composto integralmente por financiamentos externos efetuados pelo COMAER.

A conta *Financiamentos do ativo permanente* representa a totalidade do saldo em análise e refere-se à apropriação de passivos decorrentes do financiamento de aquisição/desenvolvimento de bens e serviços relacionados à defesa nacional, contratados junto às instituições financeiras SOCIÉTÉ GÉNÉRALE (EX9863600) e SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – SEK

(EX9867800), ajustados por variação cambial (conforme Macrofunção 02.03.10 – Obrigações Internas e Externas, do Manual SIAFI).

A contratação do financiamento com o Sindicato de Bancos, liderado pelo banco SOCIÉTÉ GÉNÉRALE, suporta as aquisições de bens e serviços que compõem o Projeto H-X BR, cujo objeto é a aquisição de 50 (cinquenta) helicópteros de médio porte e suporte logístico.

A contratação do financiamento com a agência governamental sueca SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – AB SEK suporta as aquisições de bens e serviços que compõem o Projeto F-X2, cujo objeto é a aquisição de 28 (vinte e oito) aeronaves de caça multiemprego monoposto e 8 (oito) aeronaves de caça multiemprego biposto.

Em relação aos financiamentos acima, as incorporações ocorrem em função dos desembolsos realizados e as baixas, em função dos repagamentos da dívida externa. Acréscimos e baixas ainda podem ocorrer em razão de variação cambial, visto que as dívidas são nominadas em euro, dólar norte-americano e coroa sueca. Cabe esclarecer que as variações cambiais são controladas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e que os valores do saldo devedor são ajustados conforme orientação mensal enviada pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV/GECOD da STN, que determina tal ajuste a partir das informações extraídas do Sistema Integrado da Dívida Pública – SID, conforme Macrofunção 020310 do Manual SIAFI.

No período em análise, em relação ao banco SOCIÉTÉ GÉNÉRALE (SIAFI 001601), foi desembolsada a quantia de EUR 37.602.990,02 no exercício financeiro de 2022. Foram realizados repagamentos nas quantias de EUR 96.096.775,07, referente à amortização da dívida, EUR 23.752.223,65 referente a juros e encargos e BRL 16.059.766,35 referente ao recolhimento de imposto de renda retido na fonte (IRRF).

Em relação à agência governamental sueca SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – AB SEK (SIAFI 011774), no que se refere às transações em dólar norte-americano, foi desembolsado o valor de USD 5.236.000,00 no exercício financeiro de 2022. Foram realizados, ainda, repagamentos no valor de USD 3.932.507,23 referente a juros e encargos.

Também em relação à agência governamental sueca SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – AB SEK (SIAFI 011775), no que se refere às transações em coroa sueca, foi desembolsado o valor de SEK 2.667.262.789,00 no exercício financeiro de 2022. Foram realizados, ainda, repagamentos no valor de SEK 577.778.870,46 referente a juros e encargos.

10. Fornecedores a Pagar

Em 31/12/2022, o COMAER apresentou um saldo de R\$ 20.005 milhões, relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar, no curto prazo. A seguir, apresentam-se as referidas obrigações segregadas pelos principais contratados.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Contratado

	R\$ milhares	
	31/12/2022	AV (%)
ATM MANUTENCAO DE AERONAVES E TURBINAS LTDA	3.492	17,46
VIBRA ENERGIA S/A	3.028	15,14
HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	1.851	9,25
EMBRAER S.A.	1.270	6,35
Demais	10.363	51,80
Total Geral:	20.005	100,00

Fonte: SIAFI

Em referência aos dados da Tabela 13, elucida-se que os passivos com os fornecedores decorrem, predominantemente, da aquisição de bem/serviços de suporte logístico de aeronaves, além da aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação.

11. Demais Obrigações a Curto Prazo

Na data de 31/12/2022, o Órgão Superior COMAER apresentou um saldo de R\$ 711.693 milhões, referente ao item *Demais Obrigações a Curto Prazo*. O citado item é composto, majoritariamente, pelo saldo da conta *Transferências Financeiras a Comprovar - TED*. Em seguida, as rubricas, *Depósitos de Terceiros*; *Depósitos e Cauções Recebidos* e *Indenizações, Restituições e Compensações*, representam 99% do total do item em análise.

O item *Demais* representa, dentre outras, as rubricas *Indenizações, Restituições e Compensações e Precatórios de Terceiros*. A seguir, tem-se a Tabela 14 com a composição desse saldo.

Tabela 14 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição

R\$ milhares

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Transferências Financeiras a Comprovar – TED	521.375	653.485	-20,22	73,26
Depósitos de Terceiros	172.597	344.286	-49,87	24,25
Depósitos e Cauções Recebidos	10.698	5.407	97,84	1,50
Indenizações, Restituições e Compensações	4.995	6.711	-25,57	0,70
Demais	2.028	3.818	-46,87	0,29
Total Geral:	711.693	1.013.707	-29,79	100,00

Fonte: SIAFI

O saldo da rubrica *Transferências Financeiras a Comprovar - TED*, que corresponde a 73% do total do item analisado, decorre da rotina do Termo de Execução Descentralizada (TED), definida pela STN, a partir do exercício 2019, indicando a apropriação de ativo na UG descentralizadora e, na UG recebedora, o registro da obrigação, decorrente de recursos pendentes de comprovação.

No que concerne ao item *Depósitos de Terceiros* decorre, de forma predominante, de tarifas cobradas pela utilização de informações aeronáuticas, tráfego aéreo, meteorologia e outros serviços auxiliares de proteção ao voo, no período em análise.

A variação positiva ocorrida no item *Indenizações, Restituições e Compensações* refere-se a valores correspondentes à ajuda de custo relativa ao direito remuneratório dos militares das Forças Armadas, quando da transferência do militar para a inatividade remunerada.

Em relação à variação negativa do item *Depósitos e Cauções Recebidos* corresponde a baixa do seguro caução para garantia de operações específicas, realizado no período em análise.

Em seguida, o item *Demais* refere-se, majoritariamente, ao item *Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro*, no qual tem relação com a contratação de serviços de gerenciamento de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, atinentes ao controle de tráfego aéreo, bem como de manutenção corretiva/adaptativa e sustentação de software.

12. Provisões Militares

Registro inicial das Provisões de Benefícios com Militares Inativos

As provisões para benefícios com militares inativos representam o resultado da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos com benefícios futuros destinados aos militares em atividade, bem como daqueles que se encontram na inatividade, em consonância com a regulamentação do Sistema de Proteção Social dos Militares da Forças Armadas (SPSMFA).

Os valores que compõem as Provisões com Militares em Inatividade, no curto e longo prazo, são oriundos, originalmente, de transposição de saldos da Unidade Gestora 170615 – Obrigações da União com Militares Inativos, do Ministério da Economia, realizada nos valores abaixo:

Tabela 15 – Provisões de Benefícios com Militares Inativos recebidas da UG 170615

R\$ milhares

Provisão de benefícios com militares inativos	set/2022	AV (%)
Provisão a curto prazo	6.430.579	5,97%
Provisão a longo prazo	101.295.154	94,03%
Total Geral	107.725.733	100,00%

Fonte: SIAFI

A transposição em referência, promovida pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT), da Subsecretaria de Contabilidade da União (SUCON), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), decorre dos esforços adotadas no âmbito do Ministério da Defesa com vistas ao atendimento das recomendações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU) ao longo dos últimos anos, em decorrência das ações de Auditoria Financeira levadas a efeito para avaliação do Balanço Geral da União (BGU), que analisaram, dentre outros aspectos, as estimativas contábeis referentes ao passivo atuarial do SPSMFA e resultaram na edição de vários Acórdãos, dentre os quais se destaca o Acórdão nº 2451/2019-TCU-Plenário, que, em seu item 9.4, apresenta a seguinte recomendação:

"9.4. recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, à Casa Civil, em conjunto com o Ministério da Economia e o Ministério da Defesa, que defina plano de ação, com a indicação de ações, responsabilidades e cronograma, com vistas a aprimorar a governança do sistema de previdência no Brasil, de modo a avaliar de forma integrada todos os regimes, civis e militares, da União, de Estados e Municípios, do setor público e do setor privado, contributivos e não contributivos, bem como a elaboração de painel em sítio de internet com informações detalhadas de quantitativos e resultados previdenciários agregados dos subsistemas do RGPS, RPPS da União e do sistema de proteção social dos militares das Forças Armadas (inativos e pensões)."(Nosso Grifo)

Posteriormente, aquela Corte de Contas emitiu o Acórdão nº 684, em 30 de março de 2022, ocasião em que o TCU proferiu entendimento de que o SPSMFA se enquadra como programa estatal de natureza atuarial, não sendo de caráter previdenciário; e, ainda, no item 9.2, o seguinte:

" 9.2 deixar assente que os encargos do Tesouro Nacional com o SPSMFA, por possuírem natureza atuarial, enquadram-se no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea 'b', da Lei Complementar 101/2000 e, consequentemente, devem atender aos princípios que norteiam o planejamento orçamentário de longo prazo e a gestão fiscal responsável, o que lhes impõe a necessária explicitação em demonstrativos que reflitam as projeções dos gastos à luz da utilização das melhores técnicas atuariais e de premissas biométricas e financeiras, sobre os fluxos de pagamento aos inativos e aos seus pensionistas;" (Nosso Grifo)

Cumprir registrar que os cálculos atuariais que suportaram os registros das provisões em referência foram promovidos pela Secretaria de Previdência (SPREV), do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), a partir dos seguintes argumentos técnicos descritos nas Notas Explicativas do BGU 2021:

Diante da inexistência de normas em relação aos aspectos técnicos atuariais para avaliação atuarial dos compromissos do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armada (SPSMFA), valeu-se, a título de subsídio, dos dispositivos que tratam dos parâmetros técnicos mínimos definidos pela Portaria MF nº 464/2018, que servem para a avaliação atuarial dos servidores públicos titulares de cargo efetivo.

A Nota SEI nº 14/2021/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME fundamenta a escolha dos parâmetros, premissas e hipóteses utilizadas para a avaliação atuarial da SPREV/MTP, com base nos estudos desenvolvidos no âmbito do Ministério da Defesa. Em caso de inexistência de parâmetros, foram observadas as diretrizes da Portaria MF nº 464/2018. A avaliação atuarial também contemplou a segregação dos saldos das provisões em 31/12/2021 entre curto e longo prazo.

Assim, foram utilizadas, no cálculo atuarial, as seguintes hipóteses biométricas, financeiras e econômicas:

- I. **Sobrevivência de válidos e inválidos:** para militares do sexo masculino válidos, utilizou-se a Tábua RP 2000 MM suavizada em 18%; para militares do sexo feminino válidas, utilizou-se a Tábua AT 71 desagradada em 52%; para militares de ambos os sexos inválidos, utilizou-se a Tábua RGPS 9902 MM -42%;
- II. **Entrada em invalidez:** Tábua Rentiers Français -9%;
- III. **Reposição de militares:** não foi utilizada a hipótese de reposição de militares, isto é, não se considerou a substituição de militar aposentado ou falecido por outro militar;
- IV. **Taxa de rotatividade de militares:** calculada a partir de dados históricos da Marinha do Brasil no período de 2016 a 2020, através da expressão $ROT_i = \frac{\sum_{n=2016}^{2020} Desligi}{\sum_{n=2016}^{2020} Ativosi}$, onde n é o período observacional, variando de 2016 a 2020, ROT_i é a probabilidade de rotatividade para cada idade i , $Desligi$ é a quantidade de desligamentos para cada idade i , $Ativosi$ é a quantidade total de ativos para cada idade i ;
- V. **Taxa de juros:** utilizou-se a taxa anual de juros de 4,76% para o desconto dos valores dos pagamentos de benefícios.
- VI. **Crescimento salarial:** para todos os militares ativos, foi definida uma estrutura remuneratória para atualizar os valores dos salários de contribuição constantes no Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais (BIEG/2021), projetando-os até 2024, de forma a contemplar o crescimento salarial decorrente da Lei nº 13.954/2019;
- VII. **Crescimento dos benefícios:** foram considerados os reajustes futuros concedidos pela Lei nº 13.954/2019;
- VIII. **Taxa de inflação futura:** não utilizada nos cálculos dos valores presentes atuariais e, conseqüentemente, na elaboração do balanço atuarial, visto que um dos pressupostos do estudo atuarial é que todas as variáveis financeiras serão influenciadas pela inflação na mesma dimensão e período;
- IX. **Alíquotas de contribuição:** não foram consideradas, uma vez que existe a peculiaridade de ser um sistema não contributivo, conforme previsto no art. 53-A da Lei nº 6.880/1980; e
- X. Demais aspectos do cálculo da provisão, tais como os testes de sensibilidade das premissas, estão disponíveis no anexo IV do PLDO 2022.

Com relação às regras de elegibilidade aos benefícios de reserva ou reforma (por tempo de serviço ou incapacidade permanente), a data provável de aposentadoria do militar é calculada selecionando-se a mais próxima, considerando as regras constante da Lei nº 6.880/1980, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.954/2019. Importante ressaltar que, diferentemente do RPPS, a CF/1988 não determina o equilíbrio financeiro e atuarial ao SPSMFA.

Em relação ao dimensionamento das obrigações da reserva remunerada por incapacidade permanente, considerou-se, para os militares de carreira, o prazo a decorrer entre a data focal da avaliação atuarial e a data provável de entrada em reserva remunerada. Para os militares temporários, o período de exposição ao risco de incapacidade permanente corresponde ao prazo a decorrer entre a data focal da avaliação atuarial e a data de seu desligamento, nos termos da Lei nº 4.375/1964. Cabe ressaltar que o militar temporário fará jus à reforma em decorrência de incapacidade permanente, se o evento gerador ocorrer no período de cobertura máximo de 96 meses disciplinado pela referida Lei.

Em 31 de dezembro de 2021, no caso de todos os militares, foi reconhecida como obrigação da União 100% do Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF), independentemente do tempo que resta para a aquisição do direito ao benefício de inatividade, ou seja, o passivo relativo aos militares inativos foi contabilizado com base não só no serviço prestado nos períodos corrente (2021) e anteriores, mas também no serviço que se espera seja prestado futuramente. No entanto, a NBC TSP 15 – Benefícios a

Empregados, nos itens 69 a 75, requer que seja reconhecido como passivo somente o valor dos benefícios atribuível aos serviços já prestados.

Dessa forma, no primeiro trimestre de 2022, houve recálculo das provisões matemáticas do SPSMFA, considerando o método do crédito unitário projetado, pela data de ingresso no ente federativo, disposto no art. 4º da IN nº 4/2018, o que resultou no reconhecimento do montante de R\$ 100,6 bilhões em março de 2022, reduzindo a provisão de Benefícios Futuros a Conceder no mesmo valor. Assim, o montante de Benefícios Futuros a Conceder passou a evidenciar, em 2022, somente o valor dos benefícios de direito adquirido. Além disso, também no 1º trimestre de 2022, foram corrigidas algumas imprecisões na implementação das premissas de crescimento dos benefícios e dos salários dos militares das Forças Armadas, o que resultou em um aumento dos Benefícios Futuros a Conceder do SPSMFA no valor de R\$ 220 milhões.

Em conjunto, as duas alterações mencionadas acima resultaram em uma redução de R\$ 100,4 bilhões na Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder do SPSMFA.

Outro ajuste contábil no primeiro trimestre de 2022 se refere ao tratamento inadequado de parcelas no cálculo atuarial do SPSMFA em 31/12/2021, pois foi desconsiderado o auxílio invalidez. Dessa forma, foi calculado o valor atual das obrigações referentes ao benefício para os militares que já o recebem, o qual foi estimado em R\$ 1,8 bilhão.

Portanto, em 2022, considerando os ajustes detalhados, as provisões matemáticas do SPSMFA passaram de R\$ 555,0 bilhões, em 31/12/2021, para R\$ 456,4 bilhões, em 30/06/2022. Assim, os ajustes efetuados, de forma líquida, impactaram positivamente o patrimônio líquido da União, como ajustes de exercícios anteriores, no montante de R\$ 98,6 bilhões.

Destaca-se que os registros atinentes à posição de 31 de dezembro de 2022 derivados dos cálculos atuariais destinados à estimação das provisões militares são promovidos pelo Ministério da Defesa, em consonância com o Acórdão 684/2022/TCU-Plenário, com apoio da Diretoria de Finanças da Marinha (DFM), da Marinha do Brasil. Considerações sobre esses valores são feitas nos parágrafos seguintes.

Militares Veteranos

As provisões de curto e longo prazo dos proventos de militares veteranos são evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 e às recomendações do TCU. O total estimado das referidas provisões, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 121.572.245.114,33. O referido valor representa o montante necessário para hipótese de liquidação, na data mencionada, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações do COMAER, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 101 anos, atinentes aos direitos pecuniários proporcionais de inatividade já adquiridos pelos atuais militares ativos, em razão de seus serviços prestados, bem como todos os direitos pecuniários de todos os atuais militares veteranos, durante todo o possível período de vida dos atuais ativos e veteranos.

Os proventos de militares veteranos têm natureza compensatória e fazem parte do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA). Seu plano de benefício é regido pela Lei nº 6.880/1980, Medida Provisória nº 2.215-10/2001 e Lei nº 13.954/2019.

Sua regra de elegibilidade, em síntese, é materializada por duas possibilidades: (i) o atingimento do tempo de serviço militar mínimo de 35 anos para transferência para a inatividade; e (ii) a reforma, por razões de saúde. Ressalta-se que um maior detalhamento das referidas possibilidades se encontra no subitem 2.8.11 do presente documento.

Os proventos de militares veteranos são financiados inteiramente pelo Tesouro Nacional, sendo uma despesa Fiscal da União, sem contribuição do militar, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. Assim, conforme o art. 53-A da Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional arcar com todos os encargos financeiros atinentes aos proventos desses militares, do mesmo modo daqueles afetos à remuneração dos militares ativos.

Adicionalmente, ressalta-se que, no ano anterior, coube à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia o cálculo do passivo atuarial de militares veteranos. No entanto, para o ano corrente, em razão do Acórdão nº 684/2022/TCU-Plenário, tal responsabilidade foi imputada ao MD, que, por sua vez, já dispunha de apoio técnico da DFM/CASNAV para cálculo atuarial das pensões militares. Assim, foi a primeira vez que a DFM/CASNAV calculou o passivo atuarial de militares veteranos. Dessa forma, não foi possível a elaboração de demonstrativo contábil que comparasse os anos de 2021 e 2022, sendo utilizado, como saldo de abertura do ano de 2022, o valor do passivo registrado por aquela Secretaria com data focal em 31 de dezembro de 2021.

Considerando o descrito nos subitens 2.5 e 2.6, as Tabelas a seguir evidenciam o passivo atuarial dos proventos de militares veteranos concedidos e a conceder, sem reposição de militares (massa fechada), e descrevem para o conjunto das Forças Armadas e cada Comando Singular, as causas da variação do passivo atuarial no ano de 2022:

Tabela 16 – Saldos veteranos

VETERANOS FAB	2022
Saldo de Abertura	107.725.733.111,10
Receitas ou Despesas de Juros	5.127.744.896,09
Custo do Serviço Corrente	1.077.954.574,31
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	13.931.750.417,01
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.021.332.751,31
Pagamentos realizados no exercício 2022	-7.312.270.635,49
Saldo de fechamento	121.572.245.114,33

Fonte: DFM/Marinha.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de militares veteranos da FAB registrou variação positiva de 12,85% em relação à posição referente ao ano de 2021.

No entanto, ressalta-se que a causa que prevaleceu para a referida diferença decorreu de mudanças nas premissas demográficas e da mudança de metodologia de cálculo utilizado pela Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) em relação àquelas utilizadas pela Secretaria de Previdência na elaboração da estimativa do ano de 2021.

Dessa forma, a referida variação de valor não pode ser atribuída a uma tendência de crescimento desse passivo, uma vez que as alterações metodológicas foram significativas, inviabilizando o comparativo com o valor estimado no exercício anterior.

Ademais, vale ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes aos proventos de militares de um horizonte temporal de 101 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

Pensões Militares (Benefícios com Militares Inativos)

As provisões de curto e longo prazo das pensões de militares é uma provisão contábil evidenciada em atendimento à NBC TSP 15 e a recomendações do TCU. O total estimado das referidas provisões, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 72.641.820.908,36. O referido valor representa o

montante necessário para hipótese de liquidação, em uma só parcela, na data mencionada, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 119 anos, atinentes aos direitos de pensão já adquiridos pelos atuais militares ativos (direito proporcional) e veteranos (direito integral), em razão de seus serviços prestados, bem como todos os direitos pecuniários de todos os atuais pensionistas, durante todo o possível período de vida dos atuais pensionistas e futuros beneficiários de pensão.

A pensão militar tem natureza compensatória e faz parte do SPSMFA. Seu plano de benefício é regido pela Lei nº 3.765/1960, Lei nº 6.880/1980, Medida Provisória nº 2.215-10/2001 e Lei nº 13.954/2019.

Sua regra de elegibilidade é materializada pelo evento de morte do militar, combinada com a existência de beneficiário do militar habilitado ao recebimento do referido direito.

O financiamento da pensão militar dá-se por meio de sistema de fluxo de caixa mensal, em que existe somente a contribuição do participante, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. No entanto, conforme o § 2º-A do art. 71 da Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional, arcar com a parcela de despesas que excede a capacidade de financiamento das contribuições dos militares e de seus pensionistas.

As Tabelas que evidenciam o passivo das pensões de militares, descritas a partir do subitem 3.6, em consonância com a recomendação 9.3.1 do Acórdão nº 1.464/2022/TCU, foram construídas, naquilo que cabe, à luz da NBC TSP 15.

Considerando o descrito no subitem anterior, as Tabelas a seguir evidenciam o passivo atuarial das pensões de militares concedidas e a conceder, sem reposição de militares (massa fechada), e descrevem para o conjunto das Forças Armadas e cada Comando Singular, as causas da variação do passivo atuarial no ano de 2022:

Tabela 17 – Saldo Pensões Militares

PENSÕES DE MILITARES FAB	2022	2021
Saldo de Abertura	73.459.024.301,60	64.325.818.338,29
Receitas ou Despesas de Juros	3.584.800.385,92	3.518.622.263,10
Custo do Serviço Corrente	412.294.192,46	309.231.838,83
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-2.170.651.805,83	595.530.689,73
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.991.492.639,04	9.094.496.554,59
Pagamentos realizados no exercício 2022	-4.635.138.804,83	-4.384.675.382,94
Saldo de fechamento	72.641.820.908,36	73.459.024.301,60

Fonte: DFM/Marinha.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de pensões de militares da FAB reduziu 1,11% em relação à posição referente ao ano de 2021.

Vale ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes às pensões de militares de um horizonte temporal de 119 anos. Ou

seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

Pensões Especiais de Militares e Anistiados Militares

As provisões de curto e longo prazo das pensões especiais de militares e reparações de anistiados políticos militares são evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 e a recomendações do TCU. O total estimado das referidas provisões, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 339.742.369,80 para pensões especiais e R\$ 3.203.399.624,58 para anistiados. Os referidos valores representam o montante necessário para hipótese de liquidação, na data mencionada, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 110 anos, atinentes aos direitos pecuniários de todos os atuais beneficiários, enquanto permanecerem vivos, bem como durante o período de vida de seus dependentes elegíveis, no caso da possibilidade de o benefício ser revertido para o dependente no caso de morte do atual recebedor.

As pensões especiais de militares e as reparações a anistiados são benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA.

As pensões especiais são originadas por políticas de Estado que têm por objetivo compensar cidadãos que prestaram eventuais e relevantes serviços à defesa dos interesses nacionais. Por sua vez, as reparações a anistiados são indenizações que buscam compensar cidadãos que sofreram prejuízos causados por ações e políticas de Estado.

A regra de elegibilidade, plano de benefício e valor de tais pensões e reparações dependem da aprovação de Lei específica para atender as situações concretas que se encaixem nos pressupostos descritos nos subitens 4.2 e 4.3. Ou seja, as situações concretas são os fatos que elegem a indenização permanente aprovada em um dos seguintes diplomas legais: Decreto-Lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946; Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946; Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955; art. 26 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; art. 30 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963; Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967; Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978; Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1985; Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990; Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; e Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

As despesas atinentes às pensões especiais e às reparações com anistiados políticos militares são financiadas pelo Tesouro Nacional e por contribuições dos beneficiários de tais indenizações, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização.

O custo corrente e o custo passado das pensões especiais e de anistiados políticos militares não foram estimados em razão dos seguintes fatos: (i) o cálculo do custo corrente aplica-se somente a indivíduos na fase ativa de trabalho; e (ii) o cálculo do custo passado não se aplica por não ter ocorrido alteração do plano em relação ao ano anterior.

Adicionalmente, ressalta-se que, em razão do Acórdão nº 1.464/2022/TCU-Plenário, foi a primeira vez que foi calculado o passivo atuarial de pensões especiais de militares e reparações de anistiados políticos militares. Dessa forma, não foi possível a elaboração de demonstrativo contábil que comparasse os anos de 2021 e 2022 e que evidenciasse a decomposição das causas dos valores obtidos.

Considerando o descrito nos subitens 4.5 e 4.6, a Tabela a seguir evidencia somente os benefícios concedidos, haja vista que novas concessões de tais benefícios dependem da aprovação de nova Lei:

Tabela 18 – Saldo Pensões Especiais

<u>PENSÕES ESPECIAIS DE MILITARES</u>	<u>2022</u>
Saldo de Fechamento	339.742.369,80

Fonte: DFM/Marinha.

Tabela 19 – Saldo Anistiados

<u>REPARAÇÕES DE ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES</u>	<u>2022</u>
Saldo de Fechamento	3.203.399.624,58

Fonte: DFM/Marinha.

Vale ressaltar a inadequação de comparação dos valores dos referidos passivos com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes às pensões especiais de militares e anistiados políticos militares em um horizonte temporal de 110 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

As provisões

Dessa forma, as seguintes premissas foram consideradas para o cálculo:

I - Tábuas biométricas

- os testes estatísticos para seleção das tábuas biométricas consideraram dados da população militar de ativos, veteranos e pensionistas de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2021. O teste para seleção das tábuas biométricas foi o Kolmogorov-Smirnov e dentre as tábuas selecionadas, foram escolhidas para o cálculo as que geraram o menor Erro Quadrático Médio. Ressalta-se que na hipótese de rejeição dos resultados dos testes estatísticos aplicados aos dados recebidos em 2022, foram repetidas as tábuas utilizadas no cálculo do passivo atuarial das pensões de militares do ano de 2021. Tal fato ocorreu com as tábuas de mortalidade de inválidos e entrada em invalidez; e
- a Tabela a seguir descreve as tábuas utilizadas em 2021 e 2022:

Tabela 20 – Tábuas Biométricas

TÁBUA BIOMÉTRICA	TÁBUA 2021	TÁBUA 2022
Tábuas de mortalidade de ativos, veteranos e pensionistas do sexo masculino	RP 2000 Male -18%	AT 49 Male -47%
Tábuas de mortalidade de ativos, veteranos e pensionistas do sexo feminino	AT 71 -52%	AT 71 -42%
Tábuas de mortalidade de inválidos do sexo masculino	<i>Rentiers Francais</i> -9%	<i>Rentiers Francais</i> -9%
Tábuas de mortalidade de inválidos do sexo feminino	<i>Rentiers Francais</i> -9%	<i>Rentiers Francais</i> -9%
Tábua de entrada em invalidez (ambos os sexos)	RGPS 9902 MM -42%	RGPS 9902 MM -42%

Fonte: CASNAV; DFM / Marinha.

II - Composição Familiar

- benefícios de Pensão a Conceder: foi construída a Tábua de Composição Familiar dos militares ativos e inativos vivos, a partir de dados populacionais do BIEG/MAI/2021.

Assim, foi estimada, para cada idade do militar, a probabilidade de deixar pensão por morte, vitalícia ou temporária; e

- b) benefícios de Pensões Concedidas: dentre os beneficiários da pensão do instituidor, foi escolhido aquele que gera pensão com maior duração de tempo.

III - Taxa de rotatividade: foi considerada a probabilidade de desligamento para cada idade dos militares da ativa, conforme Tabela de Rotatividade construída pela DFM/CASNAV, a partir de dados dos militares das Forças Armadas.

IV - Taxa de juros: considerando o valor de 17,60 para a duração do passivo dos proventos de militares veteranos, foi utilizada a taxa de juros de 4,72%, conforme Portaria nº 1.467 de 02 de junho de 2022, alterada pela Portaria nº 1.837, de 30 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo. Dessa forma, em relação a 2021, a taxa de juros foi alterada de 4,76% a.a. para 4,72% a.a.

V - Taxa de inflação: não foram considerados os efeitos de inflação, haja vista que todas as variáveis financeiras seriam influenciadas por essa variável na mesma magnitude e período.

VI - Crescimento da remuneração e proventos (sem alteração em relação a 2020)

- a) remuneração de militares ativos: para o crescimento da remuneração de militares ativos foi considerada a Lei nº 13.954/2019, cujos efeitos financeiros se estendem até o ano de 2024. Adicionalmente aos efeitos da referida Lei, em vez de ser utilizada uma taxa única de crescimento salarial por progressão funcional, foi considerada a evolução salarial individual decorrente das promoções previstas na carreira de cada militar ativo de cada Força, inclusive as de Oficial-General; e
- b) proventos de militares veteranos: para o crescimento da remuneração de militares veteranos foram considerados os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os proventos individuais anuais até o ano de 2024.

VII - Reposição de militares: não houve reposição de militares para os resultados apresentados, em razão de ter sido considerada a população militar de massa fechada, em consonância com a NBC TSP 15.

VIII - Alíquotas e Base de Contribuição: não há contribuição para os proventos de militares veteranos, conforme descrito no subitem 2.4 deste documento.

IX - Idade de entrada nas Forças Armadas: foi considerada a idade resultante da diferença entre a data de ingresso na Força e a data de nascimento do militar constantes no banco de dados.

X - Regra de transferência para a inatividade remunerada

- a) Inatividade Programável:
 - I) Regra Geral - militares que **não** ascenderão ao Generalato: 35 anos de serviço militar; e
 - II) Exceção à regra geral - militares que ascenderão ao Generalato: o seguinte tempo de serviço militar foi considerado para inativação: (i) Oficiais-Generais de duas estrelas: em média 40 anos de serviço, sendo a promoção a duas estrelas aos 36 anos de serviço; (ii) Oficiais-Generais de três estrelas: em média 44 anos de serviço, sendo a promoção a três estrelas aos 40 anos de serviço; (iii) Oficiais-Generais de quatro estrelas: em média 48 anos de serviço, sendo a promoção a quatro estrelas aos 44 anos de serviço. Ressalta-se que para

promoção aos postos de Oficiais-Generais foram consideradas apenas as carreiras que permitem tal situação.

- b) Inativação por invalidez: conforme probabilidades da tábua biométrica de entrada em invalidez.

XI - Compensação Financeira entre as contribuições para a pensão militar e os regimes previdenciários: não foi considerada em razão da falta de regulamentação do § 9º-A do art. 201 da CRFB 1988.

XII - Horizonte Temporal avaliado: o horizonte temporal do atual cálculo abrange todo o período de vida dos atuais recebedores e dos possíveis futuros recebedores de pensões de militares, que no caso pode ser um dependente que ainda não é recebedor, uma vez que os cálculos projetam as probabilidades de constituição de futuros recebedores em função da idade do militar.

13. Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo de R\$ 3.628 milhões apresentado no item em análise refere-se ao registro de recebimento de cauções para garantias contratuais decorrentes de contratos celebrados pelas UG do COMAER.

14. Obrigações Contratuais

Em 31/12/2022, o Comando da Aeronáutica possuía um saldo de R\$ 46.778.289 bilhões, relacionado a obrigações contratuais a executar, sendo quase a totalidade relacionada a fornecimento de bens e serviços. O item *Demais* conjuga os valores relacionados aos seguros e aos aluguéis a executar.

A seguir, apresenta-se a Tabela a seguir, segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 21 – Obrigações Contratuais – Composição

			R\$ milhares	
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Fornecimento de Bens	35.076.279	40.293.711	-12,95	74,98
Serviços	11.698.179	12.267.938	-4,64	25,01
Demais	3.830	3.460	10,71	0,01
Total Geral:	46.778.289	52.565.109	-11,01	100,00

Fonte: SIAFI

Ressalta-se que o item *Fornecimento de Bens*, que tem a maior representatividade, representa, predominantemente, as apropriações de contratos em execução efetuadas, principalmente, por Unidades Gestoras Executoras do COMAER situadas no exterior para a execução de contratos firmados com a SAAB AB - PROJETO GRIPEN, EMBRAER e EUROCOPTER, cujos objetos guardam relação com a aquisição de produtos/serviços relacionados à Defesa Nacional de interesse do COMAER.

Na tabela a seguir, apresentam-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2022.

Tabela 22 – Obrigações Contratuais – Por Contratado

R\$ milhares

	31/12/2022	AV (%)
SAAB AB – PROJETO GRIPEN	12.373.875	26,45
EMBRAER S.A.	9.152.417	19,57
EMBRAER	5.176.671	11,07
EUROCOPTER	4.972.113	10,63
VIBRA ENERGIA S.A	1.910.472	4,08
Demais	13.192.742	28,20
Total Geral:	46.778.289	100,00

Fonte: SIAFI

15. Execução Orçamentária da Receita

Em relação ao 4º trimestre de 2022, as receitas realizadas pelo Órgão Superior COMAER foram as seguintes, conforme a categoria econômica:

Tabela 23 – Receitas Realizadas – Composição

R\$ milhares

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	3.504.044	3.006.533	16,55%	69%
Receitas de Capital	1.570.809	1.506.747	4,25%	31%
Total Geral	5.074.853	4.513.280	20,80%	100%

Fonte: SIAFI

No 4º trimestre de 2022, a arrecadação apresentou aumento em comparação ao mesmo período de 2021, no percentual de 20.80%, representando R\$ 561.573.308,20, em termos monetários.

Observa-se um acréscimo de 16,55% nas receitas correntes, decorrente, em sua maioria, pelo aumento na arrecadação de receitas relacionadas aos serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte, ao passo que as receitas de capital também apresentaram um aumento de 4,52%, tendo em vista uma maior realização de receitas provenientes de operações de crédito, quando em comparação ao mesmo período do exercício anterior.

15.1 Receitas Correntes

As receitas correntes, realizadas no 4º trimestre de 2022, correspondem a 69% do total de receitas arrecadadas pelo COMAER. A seguir, evidenciam-se as principais receitas correntes realizadas no período em análise:

Tabela 24 – Receitas Correntes Realizadas – Composição

R\$ milhares

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Serviços e Atividades referentes à Navegação e ao Transporte	1.964.413	1.579.644	24,36%	56,06%
Valores Mobiliários	933.941	875.135	6,72%	26,65%
Contrib. Fundos.Ass.Med.Hosp-F.Armadas	273.039	0	100,00%	7,79%
Serviços e Atividades referentes à Saúde	63.829	311.832	-79,53%	1,82%
Demais	268.822	239.922	12,05%	7,67%
Total Geral	3.504.044	3.006.533	16,55%	100,00%

Fonte: SIAFI

A receita de valor mais expressivo refere-se, na sua maioria, a *Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte*, provenientes de tarifas cobradas pela utilização de informações aeronáuticas, tráfego aéreo, meteorologia e auxílios à navegação aérea.

A receita de *Valores Mobiliários* é proveniente da aplicação das disponibilidades financeiras dos recursos gerenciados pelo Fundo Aeronáutico.

As receitas de Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social – Forças Armadas era apresentada, até o exercício de 2021, dentro da espécie Serviços e Atividades referentes à Saúde. Derivam das contribuições obrigatórias dos militares, da ativa e na inatividade, e dos pensionistas dos militares, destinadas a complementar o custeio com a assistência médico-hospitalar dos beneficiários do Fundo de Saúde da Aeronáutica.

15.2 Receitas de Capital

As receitas de capital, realizadas no 4º trimestre de 2022, correspondem a 31% do total de receitas arrecadadas pelo COMAER. A seguir, evidenciam-se as principais receitas de capital realizadas no período em análise:

Tabela 25 – Receitas de Capital Realizadas- Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Operações de Crédito	1.560.590	1.501.270	4%	99%
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	9.985	1.507	563%	1%
Demais	234	993	-76%	0%
Total Geral:	1.570.809	1.503.771	4%	100%

Fonte: SIAFI

As receitas provenientes do item *Operações de Crédito* representam o valor mais expressivo da totalidade das receitas de capital. Essas receitas apresentaram variação positiva, quando comparadas com o mesmo período do exercício anterior, e são relacionadas aos projetos de defesa nacional, conforme discriminados na Nota 9 – Empréstimos e Financiamentos.

A variação positiva observada no item *Alienação de Bens Móveis e Imóveis* refere-se a um maior volume de receitas originárias da alienação de veículos e aeronaves, quando comparadas com o mesmo período do exercício anterior.

O item *Demais* refere-se a amortização de empréstimos e financiamentos, registrados pela Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica.

16. Execução Orçamentária da Despesa

Na data base de 31/12/2022, o COMAER empenhou cerca de R\$ 31,4 bilhões. A Tabela abaixo separa os valores empenhados, por categoria econômica de despesa, no período em análise:

Tabela 26 - Despesas Empenhadas – Composição

	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	26.764.294	25.427.334	5,26%	85%
Despesas de Capital	4.668.111	3.967.902	17,65%	15%
Total Geral	31.432.405	29.395.236	6,93%	100,00%

Fonte: SIAFI

16.1 Despesas Correntes

No COMAER, as despesas correntes representam 85% do total de despesas empenhadas no 4º trimestre de 2022. A seguir, elencam-se as principais despesas correntes empenhadas por natureza de despesa detalhada:

Tabela 27 – Despesas Correntes Empenhadas – Composição

R\$ milhares

DESPESAS CORRENTES		31/12/2022	AV (%)
31900121	PROVENTOS - PESSOAL MILITAR	3.416.150	12,76%
31901201	SOLDO	3.415.242	12,76%
31900302	PENSOES MILITARES	2.249.003	8,40%
31900328	VANTAGENS INCORPORADAS - PENSIONISTAS	1.991.656	7,44%
31900122	VANTAGENS INCORPORADAS - PESSOAL MILITAR	1.597.177	5,97%
31901206	ADICIONAL DE HABILITACAO	1.043.887	3,90%
33903985	SERVICOS EM ITENS REPARAVEIS DE AVIACAO	771.116	2,88%
33903002	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIACAO	683.551	2,55%
31900114	ADICIONAL MILITAR	680.482	2,54%
31901204	ADICIONAL MILITAR	587.639	2,20%
31900126	13 SALARIO - PESSOAL MILITAR	582.128	2,18%
31901243	ADICIONAL NATALINO	511.047	1,91%
31900110	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO PESSOAL MILIT	509.880	1,91%
	DEMAIS	8.725.336	32,60%
Total		26.764.294	100,00%

Fonte: SIAFI

16.2 Despesas de Capital

As despesas de capital, no 4º trimestre de 2022, correspondem a 15% do total de despesas empenhadas no período. A seguir, evidenciam-se as principais despesas de capital empenhadas por natureza de despesa detalhada:

Tabela 28 – Despesas de Capital Empenhadas – Composição

R\$ milhares

Despesas de Capital		31/12/2022	AV (%)
44905254	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	2.066.039	44,26%
44903905	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	852.322	18,26%
46907701	REFINANCIAMENTO DO PRINCIPAL - DIV.CONTRATUAL	523.563	11,22%
44905202	AERONAVES	441.349	9,45%
44905256	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACES.DE PROTECAO AO VOO	184.443	3,95%
44905191	OBRAS EM ANDAMENTO	177.499	3,80%
44903032	SUPRIMENTO DE AVIACAO	103.221	2,21%
44905252	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	54.413	1,17%
	DEMAIS	265.263	5,68%
Total		4.668.111	100,00%

Fonte: SIAFI

17. Resultado Orçamentário do Exercício

Em atenção ao critério estabelecido no art. 35, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no período origina o resultado orçamentário.

No 4º trimestre de 2022, o COMAER apresentou resultado orçamentário deficitário no valor de R\$ 26.357.552.074,65, tendo em vista os montantes de R\$ 5.074.853.372,62 de receitas arrecadadas e de R\$ 31.432.405.447,27 de despesas empenhadas.

Esse déficit apresentado no Balanço Orçamentário do COMAER também guarda relação com a execução orçamentária proveniente das descentralizações de créditos recebidas de outras Unidades Orçamentárias, que somam a quantia de R\$ 663.922.569,45 de despesas empenhadas. Por sua vez, as Unidades Orçamentárias Comando da Aeronáutica, CFIAe, Recursos sob Supervisão da Caixa de

Financiamento Imobiliário da Aeronáutica e Fundo Aeronáutico atingem, em conjunto, o valor de R\$ 30.768.482.877,71 de despesas empenhadas.

18. Resultado Patrimonial do Exercício

O resultado patrimonial é apurado mediante a diferença entre o total das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e o total das variações patrimoniais diminutivas (VPD). A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) apresenta o confronto entre VPA e VPD para o período em análise.

As características para o reconhecimento da VPA são: a extinção, parcial ou total, de um passivo sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior; a geração de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros; ou o recebimento de doações e subvenções.

A VPD, por sua vez, realiza-se quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro; diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo; ou pelo surgimento de um passivo, sem o corresponde ativo.

Em 31/12/2022, o resultado patrimonial foi positivo em cerca de R\$ 10 bilhões, representado, majoritariamente, pelas reavaliações de imóveis apresentadas dentro do grupo *Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos*.

Tabela 29 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Diminutivas

	R\$ milhares		
	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	262.699.578	84.143.803	212,20%
Impostos, Taxas e Cont. de Melhoria	-	-	-
Contribuições	1.907.159	1.819.500	4,82%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.269.034	1.842.284	23,16%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	8.279.947	4.610.614	79,58%
Transferências e Delegações recebidas	220.038.124	69.092.403	218,47%
Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	24.472.225	6.485.114	277,36%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.733.088	293.888	1850,77%
Variações Patrimoniais Diminutivas	252.626.348	94.305.031	167,88%
Pessoal e Encargos	8.090.050	7.648.964	5,77%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.731.417	13.251.055	3,63%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5.379.413	4.970.177	8,23%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.250.293	4.444.194	18,14%
Transferências e Delegações concedidas	193.523.963	49.653.879	289,75%
Desvalor. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	4.631.414	5.325.643	-13,04%
Tributárias	1.854	1.982	-6,44%
Custo Mercad. Produtos Vend. e Serv. Prestados	7.371	5.631	30,89%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	22.010.573	9.003.505	144,47%
Resultado Patrimonial do Período	10.073.230	-10.161.227	-199,13%

Fonte: SIAFI

Os significativos valores apresentados nos itens *Transferências e Delegações recebidas e concedidas* guardam relação com os montantes de transposição de saldos de Provisão para Benefícios com Militares Inativos recebidos da Unidade Gestora 170615 – Obrigações da União com Militares Inativos, do Ministério da Economia, uma vez que a transferência desses saldos entre unidades gestoras envolve as contas de *movimentação de variação patrimonial aumentativa e diminutiva* (vide Nota explicativa nº 12).

Abaixo estão apresentados os principais itens responsáveis pela variação no resultado, depois de realizada a compensação entre os saldos das transferências e delegações recebidas e concedidas, as quais são compostas, majoritariamente, por movimentações intraorçamentárias (OFSS).

Aumento do item *Valorização e Ganho com Ativos e Desincorporação de Passivos* em cerca de 277%:

O item é representado, principalmente, por variações patrimoniais decorrentes de reavaliações de imóveis lançadas a partir do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUnet), conforme previsto no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.44 – Bens Imóveis.

As avaliações de imóveis do COMAER obedecem às disposições de normativo interno baseado na norma NBR 14.653, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como ao disposto na Portaria Conjunta nº 703, de 10 de dezembro de 2014. Dentre os movimentos mais significativos, destacam-se os registros realizados a seguir:

Tabela 30 – Reavaliações de imóveis significativas

R\$ milhares

REGISTRO IMOBILIÁRIO PATRIM. (RIP)	DATA DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	DATA DO REGISTRO DA NOVA AVALIAÇÃO	VALOR DA REAVALIAÇÃO
3849007565003	jul/11	abr/22	2.381.583
9701005425001	dez/15	mar/22	1.830.098
1807000025007	dez/16	mar/22	1.815.213
0411002495008	mar/15	mar/22	1.288.203
8801001425008	dez/00	mai/22	1.084.893
6001035695006	dez/13	ago/22	1.055.929
7535001095008	out/14	mai/22	905.418
8105006415009	jan/17	mai/22	855.097
8589000045001	mar/16	mai/22	829.097
6001060475006	abr/22	ago/22	754.270
7885000075009	out/18	mai/22	653.527
8801001455004	nov/03	mai/22	489.772
6887000195005	fev/20	set/22	443.889
8841000575005	mai/17	mai/22	311.706
8841000555004	mai/17	mai/22	276.774
8801002785008	nov/03	mai/22	242.582
6477000035005	ago/18	ago/22	238.596
7535001135000	out/14	mai/22	219.090
TOTAL			15.675.735

Fonte: SIAFI e SPIUnet

O item *Ganhos com Incorporação de Ativos* também contribuiu significativamente para a variação apresentada e é composto, principalmente, por registros de imóveis de uso especial no SPIUnet e por compatibilização de saldos entre o sistema analítico e o SIAFI relacionados à conta de estoque de sobressalentes a reparar (nota nº 4).

Aumento do item *Outras Variações Patrimoniais Aumentativas* em cerca de 1850% e *Outras Variações Patrimoniais Diminutivas* em 144%:

As variações apresentadas nesses itens guardam relação com os reconhecimentos de provisões militares (vide nota explicativa nº 12).

19. Resultado Financeiro do Exercício

O resultado financeiro apurado no período em análise foi cerca de R\$ 386 milhões e seu detalhamento está evidenciado na tabela a seguir.

Tabela 31 – Resultado Financeiro

R\$ milhares

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Receita Orçamentária	5.074.853	4.513.280	12,44%
Despesa Orçamentária	-31.432.405	-29.395.236	6,93%
Subtotal	-26.357.552	-24.881.956	5,93%
Transferências Financeiras recebidas	58.666.601	54.030.118	8,58%
Transferências Financeiras Concedidas	-34.519.985	-31.183.741	10,70%
Subtotal	24.146.615	22.846.377	5,69%
Recebimentos extraorçamentários	8.783.635	7.131.981	23,16%
Pagamentos extraorçamentários	-6.186.093	-5.038.534	22,78%
Subtotal	2.597.542	2.093.447	24,08%
Resultado Financeiro do Exercício	386.606	57.868	568,08%

Fonte: SIAFI

Em relação ao 4º trimestre do exercício anterior, os ingressos decorrentes das receitas orçamentárias apresentaram um acréscimo de 12%. Essa variação ocorreu, principalmente, em função do item *Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas*, representado, sobretudo, pelas receitas de serviços de apoio à navegação aérea.

O resultado financeiro também guarda relação com os pagamentos de restos a pagar processados e restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, que somam a quantia aproximada de 3 bilhões, representando cerca de 48% dos pagamentos extraorçamentários.

20. Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A exposição da variação ocorrida no item *Caixa e Equivalentes de Caixa* é feita por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essa variação é desmembrada em fluxo de caixa das atividades operacionais, fluxo de caixa das atividades de investimento e fluxo de caixa das atividades de financiamento.

No COMAER, a geração líquida de caixa foi cerca de R\$ 386 milhões, o que representa um acréscimo de 568% em relação ao 4º trimestre de 2021.

Tabela 32 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Composição

R\$ milhares

	31/12/2022	31/12/2021	AH (R\$)	AH(%)
Atividades Operacionais	2.858.087	2.528.451	329.636	13%
Atividades de Investimento	-3.508.509	-3.214.004	-294.505	9%
Atividades de Financiamento	1.037.027	743.421	293.606	39%
Resultado Financeiro do Período	386.606	57.868	328.738	568%

Fonte: SIAFI

20.1 Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou uma variação positiva de 13%. Compensando-se os saldos das transferências financeiras recebidas e transferências financeiras concedidas, as quais representam operações intraorçamentárias, percebe-se aumento no resultado operacional influenciado, principalmente, pelos itens *Receita de serviços* e *Outros Ingressos Operacionais*.

O aumento de 8% do item *Receita de serviços* decorre principalmente da arrecadação de receitas provenientes de tarifas cobradas pela utilização de informações aeronáuticas e demais serviços relacionados à proteção ao voo.

Os itens *Ingressos Extraorçamentários* e *Dispêndios Extraorçamentários* também contribuíram para o resultado do fluxo operacional e seus valores se referem, basicamente, à repartição de receita proveniente das tarifas de proteção ao voo efetuada pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) às entidades que fazem jus ao recurso, conforme legislação aplicável.

Em relação ao 4º trimestre de 2021, os desembolsos com *Pessoal e Demais Despesas* apresentaram acréscimo devido, sobretudo, à função *Defesa Nacional*, cujas variações mais relevantes decorrem do incremento das despesas com *Vantagens Incorporadas – Pessoal Militar e Adicional Habilitação*.

20.2 Atividades de Investimento

A geração líquida das atividades de investimento apresentou diminuição de 9% em relação ao 4º trimestre do exercício anterior, relacionada, principalmente, ao aumento de desembolsos de *Aquisição de Ativo Não Circulante* ligados a equipamentos de proteção ao voo e a aeronaves.

Tabela 33 – Geração Líquida de Caixa das Atividades de Investimento

R\$ milhares

Fluxo de Investimento	31/12/2022	31/12/2021	AH (R\$)	AH
INGRESSOS	10.220	5.476	4.743	87%
Alienação de Bens	9.985	4.483	5.502	123%
Amortização de Emprést. e Financiam. Conced.	234	993	-759	-76%
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-3.518.728	-3.219.481	-299.248	9%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.625.180	-2.000.197	-624.983	31%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-2.627	-1.954	-673	34%
Outros Desembolsos de Investimentos	-890.922	-1.217.329	326.408	-27%
Total	-3.508.509	-3.214.004	-294.505	9%

Fonte: SIAFI

20.3 Atividades de Financiamento

No período em análise, as atividades de financiamento foram afetadas pelas operações de crédito externas para a aquisição e desenvolvimento de bens relacionados à defesa nacional e pela amortização da dívida externa.

21. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta a evolução das contas que compõem o patrimônio líquido do Órgão. No 4º trimestre de 2022, destacam-se as linhas do *Resultado do Exercício* (nota explicativa nº 18) e de *Ajustes de Exercícios Anteriores*.

Em relação aos Ajustes de Exercícios Anteriores, seu saldo guarda relação, principalmente, com os montantes de transposição de saldos de Provisão para Benefícios com Militares Inativos recebidos da Unidade Gestora 170615 – Obrigações da União com Militares Inativos, do Ministério da Economia (vide nota explicativa nº 12), uma vez que a transferência envolveu não apenas os saldos das Provisões de Benefícios com Militares Inativos de curto e longo prazo, mas também os valores abaixo:

Tabela 34 – Demais valores transpostos da UG 170615 para o COMAER

Conta	Movimento	Valor (R\$)
Ajustes de Exercícios Anteriores	Saldo credor decorrente do recálculo da provisão em virtude dos achados 1.1 e 1.2 no Processo TC 021.979/2021-9	18.745.979.296,37
Superávits ou Déficits Exercícios Anteriores	Saldo devedor decorrente do resultado acumulado de exercícios anteriores na UG 170615	126.471.712.407,47

Fonte: SIAFI

Além disso, evidencia-se também a retificação registrada em Ajustes de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 921.596.299,19, realizada pela STN com base em planilha da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), decorrente de erro relacionado à apuração do valor contábil líquido de imóveis reavaliados em exercícios anteriores. Ressalta-se que o SPIUnet, utilizado para registro e controle dos bens de uso especial da União, não faz a referente apuração, apesar de originar os lançamentos de reavaliação.

22. Eventos Subsequentes

Conforme disposto na NBC TSP 25 – Evento Subsequente, um evento, que ocorre entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações, seja favorável ou desfavorável, é chamado evento subsequente.

A seguir serão dispostos eventos que evidenciaram condições já existentes na data das demonstrações contábeis, 31/12/2022, e que ensejaram ajustes contábeis após o encerramento do exercício. Tais eventos decorreram de achados apresentados nos relatórios preliminares de auditoria financeira realizada pelo TCU ao avaliarem as Demonstrações Contábeis do Ministério da Defesa, a qual possui período de execução e conclusão posterior ao encerramento do exercício.

Em relação às obrigações decorrentes do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA), bem como, das pensões especiais de militares e dos anistiados políticos militares, a auditoria financeira apontou que os passivos atuariais dos inativos militares foram contabilizados sem considerar a proporcionalização *pro rata* de serviços preconizados no item 70 da NBC TSP 15. Quanto aos passivos atuariais de pensões; pensões especiais militares e anistiados políticos militares, a referida reavaliação decorreu da necessidade de aperfeiçoamento do algoritmo matemático-atuarial responsável pelo cálculo.

Dessa forma, as obrigações atuariais em questão foram recalculadas, o que resultou no reconhecimento de passivos atuariais no montante de R\$ 185 bilhões, em fevereiro de 2023, ante um passivo atuarial de R\$ 197 bilhões, registrados nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2022.

A tabela a seguir detalha os ajustes contábeis.

Tabela 35 – Valores de provisões registrados no COMAER

R\$

Provisões Atuariais das Forças Armadas		dez/22	Ajustes Subsequente	fev/23
Anistiados Políticos Militares	Curto Prazo	276.867.561,90	4.713.865,30	281.581.427,20
	Longo Prazo	2.926.532.062,68	74.718.736,87	3.001.250.799,55
Provisões de Pensões Especiais de Militares	Curto Prazo	45.217.129,85	0	45.217.129,85
	Longo Prazo	294.525.239,95	13.163.433,60	307.688.673,55
Provisões de Pensões de Militares	Curto Prazo	2.618.113.295,48	620.745.249,58	3.238.858.545,06
	Longo Prazo	70.023.707.612,88	845.508.113,62	70.869.215.726,50
Provisões de Militares Inativos	Curto Prazo	7.715.752.366,09	2.821.901,16	7.718.574.267,25
	Longo Prazo	113.856.492.748,24	-14.255.383.948,29	99.601.108.799,95
Total	Curto prazo	10.655.950.353,32	628.281.016,04	11.284.231.369,36
	Longo prazo	187.101.257.663,75	13.321.993.664,20	173.779.263.999,55
		197.757.208.017,07	13.950.274.680,24	185.063.495.368,91

Fonte: SIAFI